

Rankings universitários internacionais nos instrumentos de gestão das universidades brasileiras ranqueadas

Artur Basilio Venturella Alves¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1236-0334>

Samile Andréa de Souza Vanz²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0549-4567>

Adolfo-Ignacio Calderón³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6534-2819>

Marco Wandercil⁴

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9295-1051>

Resumo

Objetiva investigar se e como as Instituições de Ensino Superior brasileiras ranqueadas na edição 2020/2021 do Ranking de Shanghai, Leiden, QS e THE mencionam rankings em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI). A pesquisa é justificada pelo crescente uso dos rankings para a gestão universitária e adota uma abordagem qualitativa, analisando a presença e o conteúdo das menções aos rankings nos PDIs. Os resultados mostram que 59,6% das universidades analisadas em 2022 mencionaram rankings em seus PDIs, representando um aumento de 7,9% em relação ao estudo de 2019. Observou-se uma variedade de abordagens e enfoques nos PDIs, tais como: realização de análise aprofundada dos rankings, simples referência à posição institucional alcançada, adoção de metas de desempenho e a criação de espaços de monitoramento de resultados. Conclui-se que o interesse pelos rankings acadêmicos por parte das universidades brasileiras presentes nas principais tabelas classificatórias internacionais vem aumentando de forma significativa.

Palavras-chave: rankings universitários; planos de desenvolvimento institucional; educação superior; avaliação externa; governança universitária.

Abstract

The aim of the study is to investigate whether and how Brazilian Higher Education Institutions (HEIs) ranked in the 2020/2021 edition of Shanghai Ranking, Leiden, QS and THE mention academic rankings in their Institutional Development Plan (PDI). The research is justified by the increasing use of rankings for university management and adopts a qualitative approach, analyzing the presence and content of mentions of rankings in PDI's. The results show that 59.6% of the universities analyzed in 2022 mentioned rankings in their PDI's, representing an increase of 7.9% compared to the 2019 study. A variety of approaches are observed in the PDI's, such as: performing in-depth analysis of rankings; simple reference to the institutional position reached; adoption of performance targets; the creation of spaces for monitoring results. It concludes that the interest in academic rankings, on the part of Brazilian universities that appear in the main international ranking tables, has been increasing significantly.

Keywords: university rankings; institutional development plans; college education; external assessment; university governance.

Citação: ALVES, Artur Basilio Venturella; VANZ, Samile Andréa de Souza Vanz; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio Calderón; WANDERCIL, Marco. Rankings universitários internacionais nos instrumentos de gestão das universidades brasileiras ranqueadas. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 8, e20239257, 2023. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol8.e20239257>

¹ Bacharel. Rio Grande do Sul – Brasil. artzimmer483@gmail.com.

² Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul – Brasil. samile.vanz@ufrgs.br

³ Doutor. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo – Brasil. adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

⁴ Doutor. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo – Brasil. marco.wandercil@gmail.com



1 Introdução

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel fundamental na formação do indivíduo, destacando-se cada vez mais pela sua importância na pesquisa e na preparação de estudantes para o mercado de trabalho e/ou a carreira acadêmica (Salmi, 2009). No Brasil, 15 universidades públicas são responsáveis por 60% da produção científica nacional (Clarivate Analytics, 2019), indicando uma concentração de cientistas em polos de excelência e o protagonismo das universidades como grandes propulsoras da ciência do país. Os indicadores apresentam crescimento constante, registrando períodos de grande desenvolvimento, como entre a década de 1980 e o início dos anos 2000, quando se observou que o volume da pesquisa científica feita nas universidades brasileiras quadruplicou (Zorzetto *et al.*, 2006).

Dado o papel fundamental das universidades no século XXI, a avaliação dessas instituições tem sido um desafio para pesquisadores das várias áreas do conhecimento, os quais vêm desenvolvendo inúmeras metodologias e diversificados instrumentos para melhor aferir a qualidade a partir de aspectos que vão além da produção científica. Os rankings universitários foram iniciados pela lista das melhores universidades americanas publicada em 1900 no livro de Alick Maclean intitulado "Where we get our best men?" (Myers; Robe, 2009). Posteriormente, despontaram o US News & Report Rankings em 1983 e o ranking chinês Wu Shulian em 1987 (Santos; Noronha, 2016; Righetti, 2016), ganhando força no âmbito mundial a partir da criação do Academic Rankings of World Universities (ARWU), conhecido como Ranking de Shanghai.

Os rankings contribuem para melhorar a reputação das universidades, atraindo mais alunos e possibilitando maior obtenção de financiamento, devido ao aumento da visibilidade da instituição (De Filippo *et al.*, 2012; Sanz Casado, 2015). Os rankings apoiam as estratégias de marketing e as atividades de prestação de contas institucional, servindo também como documentação de avaliação histórica (Marcovitch, 2018a).

No entanto, os rankings são criticados devido à sua simplicidade e à falta de objetividade na escolha dos indicadores, já que cada ranking utiliza critérios e metodologias distintas (Hazelkorn, 2012; Federkeil, 2019; Vanz, 2018). Como consequência das métricas impostas, as universidades acabam investindo apenas em áreas consideradas proveitosas para melhorar sua posição (Rauhvargers, 2011). Muitas das métricas aplicadas pelos rankings são exclusivamente apoiadas em instrumentos bibliométricos, deixando de lado o ensino e a atuação da universidade em sua comunidade, negligenciando, portanto, a avaliação das atividades-fim que as universidades realizam, especialmente em regiões como a América Latina (Douglass, 2016).

Sob essa perspectiva, Elken, Hovdhaugen e Stensaker (2016) destacam que as universidades precisam ter características semelhantes para serem avaliadas internacionalmente, o que leva à validação de aspectos estruturais em detrimento de outras atividades. Apesar das críticas às metodologias e ao viés em favor do hemisfério norte, os rankings universitários se estabeleceram como um mecanismo sólido de avaliação, e as universidades atribuem cada vez mais importância às posições alcançadas.

Ainda que seja um tema controverso, rankings acadêmicos são cada vez mais utilizados na obtenção de informações sobre o desempenho das IES (Bernardino; Marques, 2010; Benito; Romera, 2011; Wandercil; Calderon; Ganga-Contreras, 2022). Nos últimos anos, os rankings universitários internacionais têm ganhado maior importância no Brasil devido às posições ocupadas pelas universidades nacionais (Vanz *et al.*, 2018), sendo utilizados como indutores da excelência e de políticas para governança universitária, passando a servir como



um instrumento de tomada de decisões dentro das universidades (Thiengo; Bianchetti; Mari, 2018). Muitas instituições criaram setores dedicados ao acompanhamento e monitoramento desses rankings. Por exemplo, o Projeto Métricas foi lançado pela Universidade de São Paulo (USP), pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (Unesp) para aprofundar estudos sobre os resultados alcançados por essas três universidades nos rankings universitários (Métricas.Edu, 2022). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também criou um painel específico para controlar os resultados nos rankings por meio de sua Secretaria de Avaliação Institucional (UFRGS, 2022). Segundo Hazelkorn (2013), cerca de 73% dos gestores europeus admitem utilizar-se desses instrumentos para acompanhar outras IES, demonstrando que eles vêm ganhando considerável destaque na sociedade.

O processo de gestão no âmbito do ensino superior é complexo e as peculiaridades de cada instituição devem ser consideradas (Gomes *et al.*, 2013). Gesser *et al* (2021) afirmam que a gestão aplicada em IES é um processo relevante, tanto para a totalidade da instituição, garantindo-lhe melhorias e avanços, quanto para a sociedade em seu *locus*. Atentas a isso, é fundamental que as universidades publiquem regularmente o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cujo documento é exigência do Ministério da Educação (MEC).

Cabe ressaltar que o PDI teve seu princípio na Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (LDB) (Brasil, 1996), que atribuiu ao MEC a responsabilidade pela avaliação institucional e o credenciamento das IES. O Decreto Nº 3.860/2001 (Brasil, 2001) introduz o PDI como documento essencial para o credenciamento das universidades. Nele são registrados os valores institucionais, metas, visões de ensino e, principalmente, os objetivos para um determinado período. Dessa forma, o PDI passou a ser um documento de caráter obrigatório para o reconhecimento institucional. Picchiai (2012) o descreve como parte essencial e uma solução para problemas das universidades brasileiras, entretanto o aponta como dificultador de mudanças e de avanços, afirmando que a cultura organizacional, não só das universidades, como também do setor público, é definida por valores e crenças enraizadas que dificultam as transformações institucionais.

Diferentemente do estudo de Wandercil, Calderón e Ganga-Contreras (2022), que se debruçou na análise dos rankings acadêmicos nos PDIs de universidades católicas brasileiras, a pesquisa de Alves, Dressler e Vanz (2019) analisou, de forma mais abrangente, os PDIs de todas as universidades brasileiras, independentemente de sua natureza administrativa, além da cobertura de notícias relacionadas aos rankings. Os resultados indicaram que apenas quatro das 29 universidades analisadas incluíram em seus PDIs o objetivo de melhorar sua posição nos rankings; dez universidades não mencionaram a palavra "ranking" em seus documentos; houve um baixo número de notícias sobre o tema em seus *websites* institucionais, e a maioria delas abordou de forma superficial a posição da universidade em um ranking específico. Os autores concluíram que a influência dos rankings nos PDIs das universidades brasileiras e a cobertura midiática ainda eram limitadas, apesar de se perceber interesse crescente sobre o tema.

Ao atualizar os estudos sobre as notícias institucionais em 2021, Duarte, Alves e Vanz (2023) perceberam que a quantidade de anúncios sobre o tema havia crescido, possivelmente, acompanhando o aumento expressivo no número de universidades brasileiras nas listas dos principais rankings internacionais.

Diante de tais resultados, o objetivo do estudo é investigar se e de que maneira as IES brasileiras que estão presentes na edição 2020/2021 dos rankings acadêmicos internacionais ARWU, Leiden, THE e QS mencionam e usam os rankings universitários em seus PDIs, tomando como referência o ano de 2022.



2 Procedimentos Metodológicos

Este estudo é de natureza básica, com abordagem qualitativa de caráter exploratório. Para coleta e análise dos PDI's utilizou-se os mesmos procedimentos metodológicos utilizados por Alves, Dressler e Vanz (2019). A amostra das universidades analisadas (Quadro 1) teve como base a pesquisa de Duarte (2021) e Duarte, Alves e Vanz (2023), que identificaram 54 universidades nacionais avaliadas pelas edições 2020/2021, nos rankings ARWU, Leiden, THE e QS, considerados os quatro principais rankings internacionais, denominados *league tables* (Vanz, 2018).



Quadro 1 – Universidades brasileiras, por categoria administrativa, identificadas nas edições 2020/2021 dos rankings internacionais ARWU, Leiden, THE e QS.

Universidade	Categoria
Universidade de São Paulo (USP)	Estadual
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP)	Estadual
Universidade de Campinas (UNICAMP)	Estadual
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Estadual
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Estadual
Universidade Estadual do Maringá (UEM)	Estadual
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Estadual
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Estadual
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Estadual
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Estadual
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Estadual
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Federal
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Federal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Federal
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Federal
Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP)	Federal
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Federal
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Federal
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Federal
Universidade de Brasília (UNB)	Federal
Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)	Federal
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Federal
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Federal
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Federal
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Federal
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Federal
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Federal
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Federal
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Federal
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Federal
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Federal
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Federal
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Federal
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Federal
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Federal
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Federal
Universidade Federal do Sergipe (UFS)	Federal
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Federal
Universidade Federal do Alagoas (UFAL)	Federal
Universidade Federal das Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Federal
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Federal
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Federal
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Federal
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Federal
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Federal
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Federal
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	Privada
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Privada
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Privada
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Privada
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	Privada
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)	Privada
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	Privada
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Privada

Fonte: Elaborado pelos autores.



A coleta documental dos PDI's das instituições ocorreu em janeiro de 2022, utilizando duas abordagens distintas. Inicialmente, foi feita uma visita aos *websites* das universidades para pesquisar os documentos institucionais e a existência do PDI. Quando essas páginas não foram encontradas, buscas foram realizadas nos *websites* utilizando os termos "Plano de desenvolvimento institucional", "PDI" e "Planejamento Estratégico". Caso essas tentativas resultassem "infrutíferas", a pesquisa foi direcionada ao *Google*, com a estratégia de pesquisa por "Plano de desenvolvimento institucional: URL da instituição", limitando os resultados ao site da instituição desejada. Foram obtidos 52 PDI's das 54 instituições pesquisadas. Os PDI's da UCS e UNIFOR não foram identificados. Os documentos em formato PDF foram lidos no Adobe Acrobat Reader®, utilizando a ferramenta de busca do software com os termos "ranking" e/ou "rankings". Em seguida, foram selecionados os trechos que mencionavam os rankings internacionais. Foi criada uma planilha no Excel com colunas para o período de cobertura de cada PDI e para indicar a presença ou a ausência de menção aos rankings universitários. Posteriormente, analisou-se como esses rankings eram citados nos PDI's das universidades, verificando se as instituições apenas mencionavam sua posição nos rankings ou se também os incluíam em suas metas e objetivos futuros. Os resultados são apresentados a seguir.

3 Resultados

No presente estudo, foram encontrados PDI's de 52 das 54 universidades pesquisadas. Cada um dos PDI's apresenta períodos de vigência entre 4 e 10 anos, que variam de 2013 até 2030, conforme apresentado nos Quadros 2, 3, 4 e 5. A menção a rankings foi encontrada nos PDI's de 31 universidades, correspondendo a 59,6% do conjunto (USP, UNESP, UFRJ, UNIFESP, UFSC, UFSCAR, UNB, UFV, UFBA, UFC, UFSM, UERJ, UEL, UFMS, UEM, UFPA, UFES, UFJF, PUC-Rio, PUCRS, UFMT, UFS, UFABC, UFAL, UFCSPA, UNIFEI, UFOP, UFERSA, UTFPR, PUC-PR, UNISINOS). As outras 21 universidades, correspondendo a 40,4% do conjunto, não mencionam a palavra rankings (UNICAMP, UFMG, UFRGS, UFPR, UFF, UFPE, UFPEL, UFRN, UFG, UFPB, UFU, UFPA, PUC-SP, UECE, UFMA, UFPI, PUC Minas, UDESC, UEPG, UESC, UNIOESTE). Os PDI's da UCS e UNIFOR não foram localizados no momento da coleta dos dados.

Quadro 2 - Posição das universidades brasileiras presentes em quatro dos rankings internacionais analisados, por período de vigência dos PDI's e menção a rankings.



Universidades	Posição nos Rankings Internacionais				Período de Vigência do PDI	Menção a rankings
	ARWU	LEIDEN	QS	THE		
USP	101-150	7	115	201-250	2012-2017	Sim
UNESP	301-400	137	493	801-1000	2019-2028	Sim
UNICAMP	301-400	178	233	401-500	2020-2025	Não
UFMG	401-500	274	651-700	601-800	2018-2023	Não
UFRJ	401-500	231	380	801-1000	2020-2024	Sim
UFRGS	401-500	195	701-750	601-800	2016-2026	Não
UFPR	601-700	524	801-1000	1001+	2017-2021	Não
UNIFESP	601-700	444	420	601-800	2021-2025	Sim
UFSC	701-800	459	801-1000	601-800	2020-2024	Sim
UFSCAR	701-800	619	801-1000	1001+	2018-2022	Sim
UFF	701-800	685	1001+	1001+	2018-2022	Não
UNB	701-800	625	801-1000	801-1000	2028-2022	Sim
UFPE	801-900	581	801-1000	1001+	2019-2023	Não
UFV	801-900	675	1001+	1001+	2018-2023	Sim
UFBA	901-1000	853	1001+	1001+	2018-2022	Sim
UFC	901-1000	684	1001+	1001+	2018-2022	Sim
UFSM	901-1000	651	1001+	1001+	2016-2026	Sim
UERJ	901-1000	858	1001+	1001+	2017-2026	Sim

Fonte: Dados da pesquisa; colunas b, c, d, e, retiradas de Duarte (2021).

Quadro 3 - Posição das universidades brasileiras presentes em pelo menos três dos rankings internacionais analisados, por período de vigência dos PDI's e menção a rankings.

Universidades	Posição nos Rankings Internacionais				Período de Vigência do PDI	Menção a rankings
	ARWU	LEIDEN	QS	THE		
UFPEL	801-900	958	-	801-1000	2022-2026	Não
UFRN	801-900	733	-	1001+	2020-2029	Não
UEL	-	981	1001+	1001+	2016-2021	Sim
UFG	801-900	828	-	-	2018-2022	Não

Fonte: Dados da pesquisa; colunas b, c, d, e, retiradas de Duarte (2021).

Quadro 4 - Posição das universidades brasileiras presentes em pelo menos dois dos rankings internacionais analisados, por período de vigência dos PDI's e menção a rankings.

Universidades	Posição nos Rankings Internacionais				Período de Vigência do PDI	Menção a rankings
	ARWU	LEIDEN	QS	THE		
UFMS	901-1000	-	-	1001+	2020-2024	Sim
UEM	-	795	-	1001+	2018-2022	Sim
UFPB	-	934	-	1001+	2019-2023	Não
UFU	-	936	-	1001+	2017-2021	Não
UFPA	-	972	-	1001+	2016-2025	Não
UFLA	-	1021	-	1001+	2021-2025	Sim
UFES	-	1069	-	1001+	2021-2030	Sim
UFJF	-	1143	-	1001+	2016-2020	Sim
PUC-Rio	-	-	651-700	601-800	2018-2022	Sim
PUCRS	-	-	1001+	801-1000	2016-2022	Sim

Fonte: Dados da pesquisa; colunas b, c, d, e, retiradas de Duarte (2021).

Quadro 5 - Posição das universidades brasileiras presentes em apenas um dos rankings internacionais analisados, por período de vigência dos PDI's e menção a rankings.

Universidades	Posição nos Rankings Internacionais				Período de Vigência do PDI	Menção a rankings
	ARWU	LEIDEN	QS	THE		
UFMT	-	1065	-	-	2019-2023	Sim
PUC-SP	-	-	801-1000	-	2020-2024	Não
UFS	-	-	-	601-800	2021-2025	Sim
UCS	-	-	-	1001+	-	Não
UECE	-	-	-	1001+	2017-2021	Não
UFABC	-	-	-	1001+	2013-2022	Sim
UFAL	-	-	-	1001+	2019-2023	Sim
UFCSPA	-	-	-	1001+	2020-2029	Sim
UNIFEI	-	-	-	1001+	2019-2023	Sim
UFMA	-	-	-	1001+	2017-2021	Não
UFOP	-	-	-	1001+	2016-2025	Sim
UFPI	-	-	-	1001+	2020-2024	Não
UFERSA	-	-	-	1001+	2021-2025	Sim
UTFPR	-	-	-	1001+	2018-2022	Sim
UNIFOR	-	-	-	1001+	-	Não
PUC-Minas	-	-	-	1001+	2017-2021	Não
PUCPR	-	-	-	1001+	2019-2023	Sim
UDESC	-	-	-	1001+	2017-2021	Não
UEPG	-	-	-	1001+	2018-2022	Não
UESC	-	-	-	1001+	2018-2023	Não
UNISINOS	-	-	-	1001+	2019-2023	Sim
UNIOESTE	-	-	-	1001+	2019-2023	Não

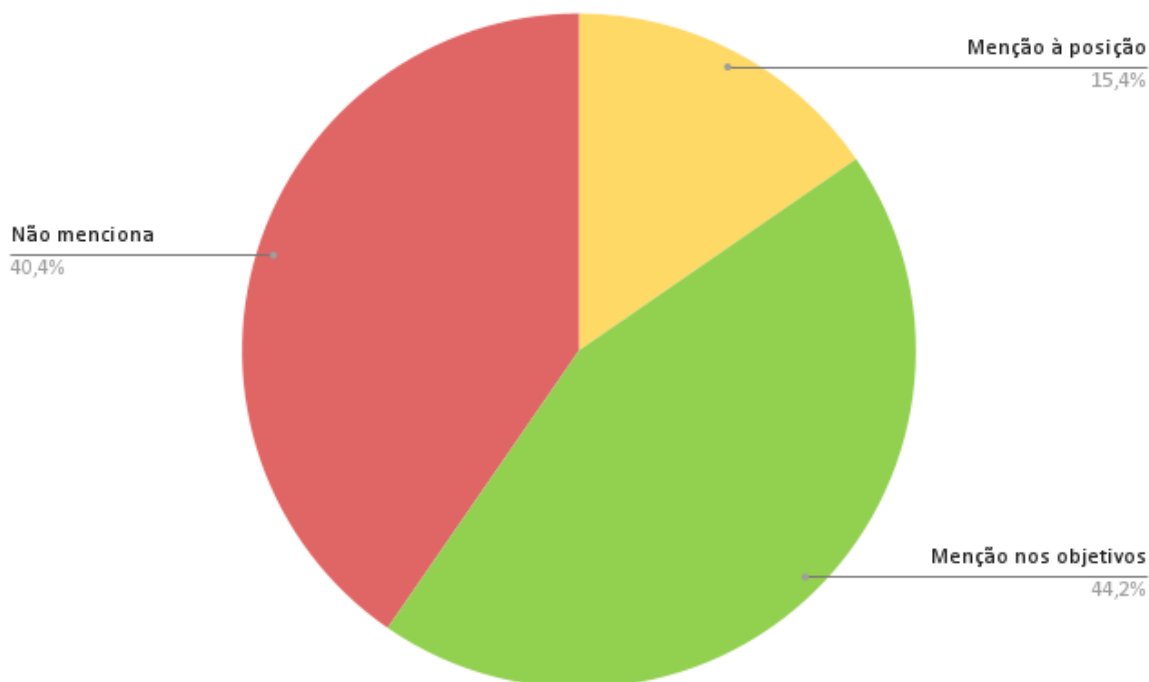
Fonte: Dados da pesquisa; colunas b, c, d, e, retiradas de Duarte (2021)

Ao analisar as universidades presentes nos rankings e comparar com menções a rankings em seus PDI's, constatou-se que entre as instituições presentes nos quatro rankings, 66,7% mencionavam rankings em seus PDI's, enquanto 33,3% não faziam menção. Entre as instituições presentes em três dos quatro rankings, apenas 25% mencionavam rankings, enquanto 75% não mencionavam. Entre as universidades presentes em dois dos quatro rankings, observou-se o maior número proporcional de menções a rankings nos PDI's. Em comparação ao estudo de Alves, Dressler e Vanz (2019), que analisou 29 universidades, verificou-se que 51,7% delas mencionavam rankings em seus PDI's. No presente estudo, com 52 instituições, esse número aumentou para 59,6%, representando um aumento proporcional de 7,9% nas menções a rankings pelas universidades brasileiras. No entanto, ao considerar apenas as 29 universidades comuns aos dois estudos, o número de instituições que mencionavam rankings nos PDI's aumentou para 72,4%, representando um aumento de 20,7% em relação ao estudo anterior.

De acordo com Hazelkorn (2010), rankings têm se tornado relevantes fontes de informação para reitores, administradores e possíveis financiadores de instituições de ensino superior em todo o mundo. Isso tem propiciado às universidades moldarem seus objetivos, realocarem recursos e estabelecerem parcerias, visando melhorar sua posição nos rankings internacionais. No caso das universidades brasileiras, observa-se que muitas das instituições que mencionam rankings em seus PDI's incorporam esses rankings em seus objetivos e metas, ou demonstram acompanhar seus resultados. Todos os documentos que faziam menção a rankings reconheciam os resultados obtidos pela instituição nos rankings internacionais. Ao analisar os documentos das universidades brasileiras, é possível distinguir aquelas que não mencionam rankings, as que incluem rankings em seus objetivos e as que apenas mencionam a posição da universidade nos rankings, conforme apresentado no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Tipos de menções encontradas nos PDI's das universidades brasileiras





Fonte: elaborado pelos autores

As universidades estão cada vez mais reformulando suas estruturas com base nos rankings, utilizando-os como uma forma de avaliação externa e estabelecendo metas para alcançar uma posição mais elevada nessas classificações (Thiengo; Almeida; Bianchetti, 2019). Dos 52 PDI's analisados, foi constatado que 44,2% das instituições (UNESP, UNIFESP, UFSC, UFSCAR, UNB, UFV, UFC, UFSM, UERJ, UFMS, UEM, UFLA, UFES, UFJF, PUC-Rio, PUCRS, UFS, UFABC, UFAL, UNIFEI, UFERSA, UTFPR e UNISINOS) mencionam rankings explicitamente em seus objetivos. Em comparação ao estudo anterior de Alves, Dressler e Vanz (2019), as universidades brasileiras ampliaram a importância dada aos rankings em seus PDI's. Em 2019, apenas 15,4% das universidades (UFMG, UFC, UFABC e UFLA) incluíam rankings em suas metas e objetivos, resultando em um aumento de 28,8%. No entanto, algumas universidades parecem estar seguindo na direção oposta: UFMG, UFPR, UFF e UFRN mencionavam rankings em seus PDI's anteriores, mas não mais na versão atual do documento. Importante destacar que algumas universidades brasileiras mencionam a busca da excelência acadêmica e estão recorrendo a conceitos relacionados a rankings, como o da internacionalização (caso da UFRGS) ou o de Universidade de Classe Mundial (caso da UFMG) (Thiengo; Almeida; Bianchetti, 2019).

Dentre as universidades que mencionam rankings em seus objetivos e metas, observam-se algumas distinções sobre como o assunto é abordado em cada documento. Algumas instituições aprofundam a discussão sobre o tema, como UFERSA, UNESP e UFABC.

A UFERSA (2021) foi incluída no ranking global Times Higher Education (THE) em 2020, pelo segundo ano consecutivo. A universidade tem como objetivo, até 2025, melhorar sua classificação nesse ranking em pelo menos 320 posições e aumentar em 71% sua pontuação

de avaliação. Cabe ressaltar que a UFERSA (2021) foi a única das universidades analisadas a disponibilizar informações sobre os indicadores e o funcionamento do ranking.

A UNESP (2019) menciona os méritos da universidade quanto aos resultados obtidos nos rankings de IES, ao mesmo tempo articula que tais resultados devem ser analisados com cautela, visto que a posição favorável ou desfavorável de uma universidade nos rankings é influenciada por uma multiplicidade de fatores, que variam de acordo com as escolhas metodológicas feitas pelos órgãos avaliadores. Esses fatores incluem os dados coletados, critérios e indicadores utilizados, tratamento das informações, entre outros. No caso da UNESP, suas características específicas explicam por que ela pode ter um bom desempenho em alguns rankings e não tão bom em outros. Além disso, é importante considerar que a excelência de uma universidade deve ser avaliada levando em conta o contexto social em que ela está inserida. Isso ressalta a necessidade de relativizar tais avaliações e desenvolver instrumentos de avaliação próprios e adequados que levem em consideração a realidade social da instituição.

Com o crescimento na popularidade dos rankings, algumas universidades acabam por se deslumbrar com seus resultados, mudando seus princípios e inclusive fraudando métricas, a fim de obter melhores posições nessas avaliações (Rauhvangers, 2011). A literatura argumenta que rankings, por muitas vezes, acabam transformando universidades em apenas números, sem levar em consideração os contextos distintos em que cada instituição está inserida (Marginson; Van Der Wende, 2007; Hazelkorn, 2013).

A UNESP (2019) parece estar na contramão dessa visão, pois argumenta que sua prioridade é a excelência universitária, e que o avanço nos rankings seria apenas uma consequência do programa que é desenvolvido pela instituição e, para avançar no processo de internacionalização, é necessário buscar a excelência como ponto de partida, visando obter reconhecimento internacional. Segundo a universidade, é fundamental não se basear exclusivamente nos rankings como guia para esse processo. Os resultados nos rankings são consequência do planejamento estratégico e das atividades desenvolvidas pela instituição, mas não devem ser considerados o objetivo principal a ser alcançado. Além disso, é importante promover experiências internacionais de extensão, que envolvam interação entre diferentes culturas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A UNESP reforça que essa interação contribui para o conhecimento de desafios compartilhados pela maioria das nações e auxilia na busca por soluções para problemas globais.

A UFABC aborda amplamente o tema rankings internacionais no seu PDI e reitera a importância dos rankings, dispondo que a instituição deve “acompanhar e estudar os mais diversos rankings universitários, desde as avaliações periódicas dos cursos da graduação e da pós-graduação pelo MEC e pela Capes, até os rankings internacionais de universidades de classe mundial” (UFABC, 2013, p. 20-23).

Como disposto por Hosier e Houlash (2019) e Igarashi e Saito (2014), o uso dos rankings para tomada de decisões exige cautela e olhar criterioso. A UFABC (2013) afirma que é importante não se obcecar pelos rankings e jamais interpretá-los como verdades absolutas ou hierarquias inflexíveis. O propósito real é retratar o perfil de instituições de excelência e apontar áreas em que cada uma pode melhorar. Nessa direção, a UFABC (2013) afirma que pode e deve utilizar os rankings e avaliações como ferramentas para buscar a excelência, mas sem abrir mão de sua identidade e perfil únicos, que a distinguem de outras universidades nacionais e internacionais.

A universidade reconhece que os rankings são frequentemente criticados por favorecerem universidades tradicionais, de grande porte e do mundo anglo-saxônico, mas, ao mesmo tempo, são altamente valorizados no meio acadêmico e na mídia e, portanto, ser incluída



nesses rankings seletos pode ser uma possível consequência das atividades e esforços descritos no PDI (UFABC, 2013).

O PDI da UFABC (2013) estabelece a meta de trabalhar para melhorar a posição da universidade nos rankings universitários, ao mesmo tempo que mantém uma perspectiva crítica em relação ao que esses rankings medem e perspectiva de sua utilidade. Além disso, prevê a criação de um "Observatório da Excelência" responsável por monitorar e analisar os rankings, as avaliações nacionais e internacionais e fornecer recomendações para as políticas da UFABC na busca pela excelência. Conforme Barreyro e Lima (2021), o PDI da UFABC elenca uma série de ações que visam o status de Universidade de Classe Mundial.

Marcovitch (2018a) aponta que 60% das universidades europeias possuem equipes ligadas às reitorias para a análise contínua de indicadores e métricas dos rankings internacionais. Além da UFABC, outras instituições como UEM, UFES, UFMS, UFV, UNB, UNIFESP e UFJF também demonstraram interesse em acompanhar de perto os indicadores nos seus PDI's. Por exemplo, a UEM (2018) estabelece como objetivo institucionalizar o processo de disponibilização de dados relevantes para os rankings da universidade e melhorar seu posicionamento em rankings nacionais e internacionais.

Buza e Tomé (2019) destacam que os rankings universitários evitam que as instituições fiquem indiferentes ao que está acontecendo ao seu redor. Essas avaliações estimulam gestores, professores e funcionários a serem mais ativos e menos indiferentes às avaliações da universidade. No PDI da UFES (2021, p. 77-78), constatou-se que, além de utilizar indicadores de avaliação do Ministério da Educação e outros internos "a Administração Central tem acompanhado, por meio das instâncias de avaliação institucional e internacionalização, o desempenho da UFES [sic] em rankings nacionais e internacionais."

O PDI da UFMS (2021) menciona objetivos relacionados à inserção da universidade em rankings internacionais, visando atrair maior número de alunos e professores estrangeiros para seus Programas de Pós-Graduação por meio da participação em rankings globais. Afirma ainda a intenção de "Acompanhar os rankings nacionais e internacionais, contribuindo com a adesão e melhoria na avaliação dos indicadores da UFMS" (UFMS, 2021, p. 63). Thiengo *et al.* (2019) discutem que a internacionalização geralmente é um fator com menor peso nos rankings, ligada à qualidade do corpo docente e ao número de professores estrangeiros na instituição.

Hazelnorn (2013) dispõe que as universidades de países em situação de recessão econômica deveriam ser as mais interessadas nos resultados dos rankings. Consta-se que as universidades vêm reconhecendo a falta de acompanhamento dessas avaliações. A UFV (2018, p. 56) compreende que existe essa lacuna em relação a rankings internacionais e que precisa ser preenchida, apontando em uma de suas metas, "sistematizar o acompanhamento de indicadores e resultados das avaliações internas e externas. [...] Existe a necessidade de compor banco de dados para subsidiar a prestação de informações para rankings e relatórios".

A UNB (2018, p. 164) também considera que existe um espaço a ser desenvolvido sobre o assunto e há necessidade de acompanhar mais de perto os indicadores dos rankings internacionais por meio de melhoria da qualidade da coleta das informações, com vistas a melhorar sua posição. "Seu acompanhamento ocorrerá por meio de avaliação das metas de avanço da posição dos cursos e da UnB na classificação dos rankings, nos anos de vigência do PDI 2018-2022".

A UNIFESP (2021, p. 145) relata a criação do escritório de dados estratégicos institucionais (E-Dados), em 2019, o qual objetiva utilizar dados, indicadores e metas para aprimorar o planejamento estratégico e as políticas institucionais, bem como fornecer informações claras e acessíveis sobre o desempenho da universidade à comunidade acadêmica,

à sociedade e aos órgãos governamentais. O escritório também se dedica à análise dos rankings, buscando uma compreensão aprofundada dos resultados e das dinâmicas internas e externas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. A UNIFESP está entre as universidades estudadas por Sousa (2017) no que diz respeito ao compromisso com a internacionalização e estabelecimento de metas relacionadas aos rankings.

A UFJF (2016, p. 120) aponta que realiza o monitoramento de seus resultados nos rankings por meio do Departamento de Avaliação Institucional que trata da interação entre Universidade com órgão e entidades que realizam avaliações.

No contexto de um país onde as universidades públicas federais dominam o cenário do ensino superior, as universidades privadas deveriam ser as mais preocupadas com rankings, pois essas tabelas internacionais são uma forma das instituições captarem alunos e professores (Hazelkorn, 2013). É possível notar que o número de universidades privadas que colocam os rankings em suas metas ainda é pequeno, apenas três dentre as oito analisadas. A PUC-Rio (2018, p. 112) pontua como um de seus objetivos a atualização do banco de pesquisadores e empresas colaboradoras para as pesquisas de reputação dos rankings internacionais. Menciona, também, que valoriza sua “participação em diferentes modalidades, entendendo que o olhar externo sobre sua realidade e as conclusões dele advindas contribuem para o diagnóstico e aperfeiçoamento de sua missão”.

De acordo com Gonçalves e Calderón (2019) e Igarashi e Saito (2014), os resultados surtidos pelos rankings geram impactos dentro e fora da universidade, pois atribuem um capital simbólico à instituição, aos seus gestores, pesquisadores e alunos e, para além disso, à sociedade em seu entorno. A PUCRS (2016, p. 31-32), menciona que atualmente é impossível não prestar atenção nos rankings na busca pela melhoria da qualidade. “O acompanhamento da qualidade por meio de indicadores oficiais e as comparações em rankings nacionais e internacionais são irreversíveis”.

Das universidades privadas deste estudo que intencionam em suas metas crescer nos rankings, a Unisinos, no “Quadro 13 - Indicadores e metas de internacionalização” (UNISINOS, 2019, p. 100), indica a utilização de sua posição no ranking QS como um indicador de sua internacionalização. Esta forma de utilizar os rankings na gestão universitária certamente é reflexo da sua visão de futuro, isto é, “ser uma universidade global de pesquisa” (Wandercil; Calderon; Ganga-Contréras, 2022, p. 9).

Marginson e van der Wende (2007), explicam que até o final dos anos 1990, as relações internacionais entre universidades, mesmo proveitosas, aconteciam de maneira menos regular e recorrente. Porém, a partir do surgimento dos rankings, essa cooperação foi ressignificada, pois passaram a usar os acordos internacionais como uma maneira de se agruparem, de modo a fortalecer seus resultados. Observa-se que algumas universidades brasileiras parecem utilizar rankings como ferramenta de análise para medir o nível de internacionalização, como nas seguintes instituições: UFSC, UFSC e UTFPR. A UFSC (2020, p. 56), por exemplo, têm como um de seus objetivos ampliar sua visibilidade internacional

Compreendendo a importância de preparar servidores técnico administrativos em educação para o processo de internacionalização e criando um ambiente multicultural e internacional em todas as instâncias da Universidade, o objetivo a ser alcançado por todos os envolvidos e a melhoria do item “reputação” da UFSC nos principais rankings do ensino superior, como QS [...] e o THE [...] para consolidar a Universidade como referência nacional e internacional.

Alinhada a essa ideia, a UFSC (2020, p.193) coloca como um de seus objetivos “Ampliar a visibilidade da UFSC em âmbito nacional e internacional”, a partir de dois



indicadores: “Posição da Universidade no ranking internacional entre as universidades sul-americanas” e “Posição da Universidade nos rankings internacionais em nível global”. Interessante observar que a posição ocupada em rankings internacionais é de interesse de todas, pois quanto maior a colocação, maior também sua visibilidade entre pares, gerando assim maior número de acordos de cooperação com universidades mais prestigiadas e conseqüentemente mais verbas (Hazelkorn, 2013).

É possível perceber que parte das universidades brasileiras costumam focar seus objetivos em rankings internacionais de contextos específicos, que possibilitam posicionamento mais alto de forma mais tranquila já que o quantitativo de universidades avaliadas é menor (Morphew; Swanson, 2011).

A UFSM (2022, p. 148) coloca em seu quadro de indicadores e metas: “Posição entre as brasileiras no pilar internacionalização do Ranking QS América Latina”, e complementa afirmando que na revisão do plano de metas da UFSM propôs o uso de um ranking internacional, o QS Rankings América Latina, como complemento à avaliação nacional pelo IGC.

A UTFPR (2017, p. 28) aponta no seu quadro de macro objetivos “Aprimorar mecanismos de inserção e de elevação em rankings nacionais e internacionais”. Já na seção Políticas Acadêmicas, afirma que a universidade dará enfoque a internacionalização, bem como a pretensão de instituir maior controle sobre a produção da universidade, assim “Com este conjunto de ações, espera-se que até 2022 a UTFPR integre o rol das melhores universidades da América Latina e seja contemplada nos rankings mundiais.” (UTFPR, 2017, p. 156).

No caso da UFSCar (2018, p. 42), os rankings aparecem no Quadro 5.2 como objetivos dentro do eixo temático de “produção e disseminação do conhecimento - Objetivo 3.4: Projetar a UFSCar nos rankings internacionais”. Também enfatizam a prioridade de manter posição de destaque nacional e internacional entre as “melhores universidades brasileiras e da América Latina nos rankings internacionais, cuja presença nesses rankings à habilite a ser comparada às outras universidades de excelência de qualquer país” (UFSCar, 2018, p. 173).

A UFAL (2019, p. 311) indica que “no acompanhamento das avaliações externas são realizadas ações de melhoria da qualidade da coleta das informações, a fim de contribuir para o avanço da posição da UFAL [sic] segundo as metodologias dos rankings”.

A UNIFEI (2019) coloca no seu quadro de planejamento estratégico melhorar o posicionamento nos rankings em que participa, citando o QS e o THE. No caso da UERJ, o documento encontrado foi o PDI de Internacionalização da instituição. Nele a UERJ (2018, p. 4-6) menciona a qualidade do trabalho que pode ser comprovada “por meio de alguns rankings nacionais e internacionais”. E estabelece como uma de suas metas “Elevar a posição da UERJ nos rankings nacionais e internacionais”. A UFC (2018, p. 30) assenta como um dos seus indicadores de desempenho - “Indicador 2.1: Posição nos rankings acadêmicos internacionais (THE, QS, Ranking Universitário da Folha e congêneres) nas dimensões da pesquisa e internacionalização”. Já a UFS (2021, p. 183), além de mencionar sua posição nos Rankings Internacionais, busca “assegurar a posição alcançada pela UFS nos rankings internacionais”. Dado o caráter plural das universidades nacionais (Marcovitch, 2018b), o PDI não deve abordar apenas um único assunto, e sim a universidade e suas individualidades como um todo. Entende-se que por estas instituições realizarem a menção a rankings em suas metas, já demonstram estar interessadas no assunto.

Algumas universidades mencionam apenas suas colocações nos rankings no PDI. A PUCPR (2019, p. 13), divulga seus resultados nos rankings:

Apesar de recente, a pesquisa da PUCPR tem contribuído para que a universidade alcance patamares de excelência internacional. Mencionada pela primeira vez na



edição 2015-16 do Times Higher Education (THE) World University Rankings, ranking institucional de maior prestígio mundial e considerado um dos mais relevantes na área de educação superior, a universidade foi uma das 17 brasileiras ranqueadas, sendo a 5ª colocada, empatada com outras 12 instituições públicas e privadas. Nessa edição, a PUCPR foi classificada em 1º lugar entre as instituições brasileiras na categoria citações, o que demonstrou a influência internacional e a qualidade da pesquisa desenvolvida na PUCPR. [...] No QS University Rankings Latin America 2019, a PUCPR ficou na 124ª posição.

Já a UFBA apresenta um comportamento diferente das universidades estudadas: nada comenta sobre a sua posição nos rankings universitários internacionais, mas aponta que “num ranking de 3.500 universidades do mundo todo, o Brasil tem apenas a USP entre as 200 melhores, com posição relativa decrescente nos últimos anos (UFBA, 2018, p. 58). Esse tipo de comportamento apresenta uma peculiaridade incomum e denota uma certa rivalidade, uma vez que a universidade expõe que a posição de seu par vem caindo.

A UFCSPA (2020, p. 28), exalta o resultado obtido pela instituição nos últimos anos:

Em 2019, pela primeira vez em sua história, foi citada entre as melhores universidades do mundo e da América Latina no ranking da Times Higher Education – THE –, uma das mais importantes em avaliação do ensino superior no mundo. Esse ranking considera fatores como ensino, pesquisa, citações em revistas científicas, registros de patentes e internacionalização.

A relevância dada a rankings regionais volta a aparecer nos PDI's da UFMT, UFRJ e UEL. É importante ressaltar que essas universidades estão presentes nas versões globais dos rankings. A UFMT, por exemplo, registra que “ocupa a 122ª posição no QS Rankings Latin America, a 33ª colocação geral entre as Universidades do Brasil no Ranking Universitário Folha e a 62ª posição no quesito internacionalização” (UFMT, 2019, p. 94).

Rankings são ferramentas que permitem que a sociedade mensure e fiscalize o que está sendo produzido dentro das universidades. Eles são, talvez, dentre as mais diversas formas de avaliação de IES, as que mais chamam a atenção do público e da mídia (Righetti, 2018). Então, para uma universidade do tamanho e da tradição da UFRJ, o que se encontra sobre rankings em seu PDI é ainda pouco explorado, pois afirma que:

possui pesquisa em todas as grandes áreas do conhecimento e tenta ampliar o reconhecimento internacional que a mantém entre as três melhores Instituições de Ensino Superior (IES) do país e entre as 10 melhores da América Latina (segundo o QS University Ranking em 2019) (UFRJ, 2020, p. 80).

A UEL (2018, p. 41) aponta sua colocação no QS ranking, em 2018, obtendo as seguintes colocações:

1ª Universidade Estadual do Paraná; 5ª Universidade Estadual do Brasil; 25ª Instituição de Ensino Superior do Brasil e 95ª Instituição de Ensino Superior da América Latina (Quadro 6). Ressalta-se que até 2017 eram classificadas 300 Instituições em 20 países da América Latina, um dos motivos que houve uma mudança na classificação geral da UEL neste ranking.

Já a UFOP (2016, p. 16) faz breve menção a rankings, mencionando que a qualidade da universidade pode ser vista pelas avaliações realizadas pelo “Ministério da Educação e pelos diversos rankings organizados por instituições privadas nacionais e internacionais.”



Existe a tendência de que universidades que estão há mais tempo nos rankings internacionais abordem mais o assunto em seus PDI's. Embora este fenômeno seja novo, observa-se que vem ganhando espaço no cenário global. É papel da universidade se manter atualizada, visar seus valores, reforçar a importância da qualidade de seu ensino e o impacto causado na sociedade a qual está inserida (Marcovitch, 2018a). Essa noção de avaliação comparativa está diretamente ligada ao modo como nossa sociedade se desenvolve social e economicamente e de como o ensino superior foi um fator determinante para tal (AXEL-BERG, 2018). Sob essa ótica, subentende-se que a tendência é que os rankings continuem ganhando força e sigam chamando mais atenção de gestores das IES nacionais. E, de alguma forma, sejam utilizados como balizadores e propiciadores de mudanças institucionais, visando a melhoria da qualidade das IES.

4 Considerações finais

Através das análises dos PDI's, pode-se observar que o número de universidades brasileiras que possuem menção a rankings em seu documento é equivalente a 59,6% do total estudado. Ainda assim, existe um número elevado de instituições que não fazem menções a rankings em seus PDI's. É importante ressaltar que muitos PDI's encontrados já estavam desatualizados e isso pode ser um dos motivos para a alta taxa de Planos que ainda não mencionam o tema. Não se observou relação entre o quantitativo de rankings alcançados por uma universidade e a menção a rankings em seus PDI. Entre as instituições presentes em três dos quatro rankings analisados, apenas 25% mencionavam rankings.

Com o incremento do número de universidades brasileiras nos rankings internacionais, supunha-se quantidade maior de universidades citando rankings em seus PDI's e, apesar do tema ainda não ser amplamente referenciado nesses documentos, percebe-se que vem ganhando importância e iniciativas de sua utilização para futuras ações institucionais. Comparando proporcionalmente o número de documentos que fazem menção a rankings com o estudo anterior de Alves, Dressler e Vanz (2019), houve um aumento de 7,9% na quantidade de menções nos PDI's. Se observadas apenas as 29 instituições elencadas no estudo de 2019, e analisando os novos PDI's encontrados, a quantidade de universidades que fazem menção a rankings em seus documentos sobe para 72,4%. Portanto, universidades que estão há mais tempo presentes nos rankings, dão maior atenção para o assunto do que instituições que passaram a ser ranqueadas mais recentemente. Este resultado pode indicar uma relação tempo ou antiguidade.

Destacam-se, também, algumas instituições (UFMG, UFPR, UFF, UFRN) que mencionavam rankings no PDI e deixaram de mencionar na versão mais atual do documento, indicando distanciamento do tema. Futuros estudos poderiam tentar entender as razões que levaram tais universidades a retirar a menção a rankings em seus PDIs.

Outro ponto de realce no estudo é que quase triplicou o número de universidades que passaram a colocar os rankings em suas metas, no período que separou o estudo anterior do presente. Algumas universidades vêm demonstrando um interesse crescente, criando tabelas e até subcapítulos em seus PDI's inteiramente dedicados aos rankings. Consequentemente, observa-se que o número de IES que apenas menciona sua posição nos rankings universitários pode ser considerado ainda pequeno, apenas 25,8% do total. Universidades como UFERSA, UNESP, UFABC, UEM, UFES, UFMS, UFV, UNB, e UNIFESP demonstram grande interesse nos rankings, reconhecendo sua relevância e seus benefícios. Em alguns casos foram encontradas críticas aos rankings, como nos PDI's da UFABC e da UNESP, de maneira que é



possível perceber que as universidades brasileiras estão ampliando sua compreensão sobre rankings a partir de um olhar mais crítico e analítico sobre o assunto.

Era esperado que universidades mais bem posicionadas fossem o grupo de instituições com mais menções. Entretanto, universidades como Unicamp, UFMG, UFRGS, UFPR, UFF e UFPE, que estão bem-posicionadas entre os quatro principais rankings internacionais, nada mencionam sobre o assunto em seus PDI's, apesar de ocorrer, dentro dessas instituições, o acompanhamento e a análise dos resultados obtidos nos rankings internacionais, como os casos da UFRGS e da Unicamp. Em relação à Unicamp, a expectativa era um perfil mais ativo em relação ao tema, considerando ser um PDI publicado em 2020 e a universidade estar entre as três melhores do país nos rankings analisados.

Espera-se que haja, em breve, um incremento substancial no número de universidades brasileiras fazendo parte dos quatro principais rankings internacionais (ARWU, Leiden, QS e THE), bem como de outros não abordados neste trabalho, uma vez que as tabelas classificatórias internacionais são uma forma de chancelar a excelência da educação superior de diversos países e de reconhecer a inserção, em termos geopolíticos, das universidades na sociedade e na economia do conhecimento.

A universidade ocupa espaço central no desenvolvimento da ciência brasileira, e conseqüentemente, no desenvolvimento da sociedade nacional. Nessa construção, é de substancial necessidade que estudos sobre rankings sejam constantemente atualizados, auxiliando na avaliação das universidades brasileiras. Essas revisões não devem se restringir apenas a estudos sobre PDI's, mas também envolver a promoção da veiculação de notícias sobre rankings, a internacionalização da educação superior, a análise empírica de rankings e dos seus indicadores, bem como a elaboração de propostas de rankings alternativos, o desenvolvimento de estudos bibliométricos, a ampliação de estudos sobre governança universitária, desempenho e produtividade acadêmica. Nesse escopo, acrescentam-se as limitações do uso dos rankings para avaliação de universidades situadas no sul global, merecendo ponderações e análise profunda das peculiaridades existentes, quando o assunto envolve a utilização dos rankings como elemento para a avaliação e a gestão universitária.

Referências

ALVES, A. B. V.; DRESSLER, C.G.; VANZ, S.A.S. Rankings acadêmicos nas universidades públicas brasileiras: presença no planejamento estratégico e nas notícias institucionais. *In*: CALDERÓN, A.I.; WANDERCIL, M.; MARTINS, E.C. (org.). **Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa**: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil. Brasília: Anpae, 2019. p.164-181. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/RANKINGS-ACADEMICOS-E-GOVERNANCA-UNIVERSITARIA.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

AXEL-BERG, J. Indicadores para Efeito de Comparação Internacional no Ensino Superior. Introdução. *In*: Marcovitch J (org.). **Repensar a universidade**: desempenho acadêmico e comparações internacionais. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018. p.31-44. Disponível em: https://metricas.usp.br/assets/docs/Miolo_Repensar_Universidade.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.



BARREYRO, G. B.; LIMA, M. F. M. UFABC: Da universidade nova à universidade de classe mundial? **REVELLI**: Revista de Educação, Linguagem e Literatura, Goiânia, v. 13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51913/revelli.v13i0.12177>.

BENITO, M.; ROMERA, R. Improving quality assessment of composite indicators in university rankings: A case study of French and German universities of excellence. **Scientometrics**, v. 89, n. 1, p.153-176, 2011.

BERNARDINO, P.; MARQUES, R.C. Rankings acadêmicos: uma abordagem ao ranking das universidades portuguesas. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.l.], v.18, n.66, p.29-48, 2010.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Decreto Nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BUZA, A. G.; TOMÉ, J. A. Rankings acadêmicos no contexto da avaliação das instituições de ensino superior em Angola: desafios para o futuro. *In*: CALDERÓN, A. I.; WANDERCIL, M.; MARTINS, E. C. (org.). **Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa**: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil. Brasília: Anpae, 2019. p. 61-66. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/RANKINGS-ACADEMICOS-E-GOVERNANCA-UNIVERSITARIA.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CLARIVATE ANALYTICS. **A pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência. Filadélfia: Clarivate Analytics. 2019. Disponível em: http://www.sbponline.org.br/arquivos/Promovendo_a_excele%CC%82ncia.pdf.

DE FILIPPO, D. *et al.* Visibility in international rankings. Strategies for enhancing the competitiveness of Spanish universities. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 93, p. 949-966, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-012-0749-y>.

DOUGLASS, J. A. **The New Flagship University**: Changing the Paradigm from Global Ranking to National Relevancy. London: Palgrave Macmillan. 2016.

DUARTE, M. F. **Análise do desempenho das universidades brasileiras nos rankings universitários internacionais**. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. 78 p.

DUARTE, M.F.; ALVES, A.B.V.; VANZ, S.A.S. As universidades brasileiras nos rankings universitários internacionais: desempenho e divulgação. *In*: Cap. No prelo. 2023.



ELKEN, M.; HOVDHAUGEN, E.; STENSAKER, B. **Global rankings in the Nordic region: challenging the identity of research-intensive universities?** Higher Education, Washington D.C., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-015-9975-6>.

FEDERKEIL, G. Rankings and Quality Assurance in Higher Education. **Higher Education in Europe**, v.33, n.2-3, p.219-231, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/03797720802254023>

GESSER, G. A. *et al.* Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 1, p. 5-23, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100002>

GOMES, O.F. *et al.* Sentidos e implicações da gestão universitária para os gestores universitários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.6, n.4, p.234-255, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p234>

GONÇALVES, A.; CALDERÓN, A. I. Implicações dos rankings acadêmicos na educação superior: internacionalização, governança universitária, qualidade e produtividade. *In*: CALDERÓN, A.I.; WANDERCIL, M.; MARTINS, E.C. (org.). **Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil**. Brasília: Anpae, 2019. p.164-181. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/RANKINGS-ACADEMICOS-E-GOVERNANCA-UNIVERSITARIA.pdf> . Acesso em: 31 ago. 2023.

HAZELKORN, E. The Impact of League Tables and Ranking Systems on Higher Education Decision Making. **Higher Education Management and Policy**, v.19, n.2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1787/hemp-v19-art12-en>.

HAZELKORN, E. Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas de políticas. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n.1, p.43-64, 2010.

HAZELKORN, E. European ‘Transparency Instruments’: Driving the Modernisation of European Higher Education. *In*: Curaj A *et al.* (Eds.). **European Higher Education at the Crossroads**. Dordrecht: Springer, p.339-360, 2012.

HAZELKORN, E. How Rankings are Reshaping Higher Education. *In*: Climent V, Michavila F, Ripollés M. (Eds.). **Los rankings universitarios, Mitos y Realidades**. Madrid: Técnos. 2013.

HOSIER, M.; HOOLASH, B. K. A. The effect of methodological variations on university rankings and associated decision-making and policy. **Studies in Higher Education**, v. 44, n. 1, p. 201–214, 2 jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075079.2017.1356282>.

IGARASHI, H.; SAITO, H. Cosmopolitanism as cultural capitals: exploring the intersection of globalization, education and stratification. **Sociology**, v.8, n.3, p. 222-239. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1749975514523935>.



MARCOVITCH, J. Introdução. In: Marcovitch, J. (org.). **Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais**. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, p.9-15, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788571661868>

MARCOVITCH, J. Monitoramento das métricas de desempenho acadêmico. In: Marcovitch, J. (org.). **Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais**. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, p.95-110, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788571661868>

MARGINSON, S.; VAN DER WENDE, M. To Rank or To Be Ranked: The Impact of Global Rankings in Higher Education. **Journal of Studies in International Education**, Leiden, v. 11, n.3/4, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1028315307303544>.

MÉTRICAS.EDU. **Desempenho acadêmico e comparações internacionais**. 2022. Disponível em: <https://metricas.usp.br/>. Acesso em: 10 set. 2022.

MORPHEW, C. C.; SWANSON, C. On the Efficacy of Raising Your University's Rankings. In: SHIN, J. C.; TOUTKOUSHIAN, R. K.; TEICHLER, U. (eds.). **University Rankings: Theoretical Basis, Methodology and Impacts on Global Higher Education**. Dordrecht: Springer. 2011. DOI:[10.1007/978-94-007-1116-7_10](https://doi.org/10.1007/978-94-007-1116-7_10).

MYERS, L.; ROBE, J. **College Rankings: History, Criticism and Reform**. Washington: Center for College Affordability and Productivity. 2009. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED536277.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PICCHIAI, D. O plano de desenvolvimento institucional e o projeto pedagógico institucional de universidades públicas: limites organizacionais. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.5. n.3, p.23-45, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n3p23>

PUCPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2019-2023**. Curitiba: PUCPR, 155 p. 2019. Disponível em: https://static.pucpr.br/pucpr/2021/07/pdi_pucpr_2019-2023.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

PUC-RIO. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2018-2022**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018, 142 p. Disponível em: https://www.pucrio.br/sobrepuc/depto/ccpa/cpa/pdf/plano_de_desenvolvimento_institucional.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

PUCRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2016-2022**. Porto Alegre: PUCRS, 2016, 43 p. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/wpcontent/uploads/sites/11/2019/09/PDI_2016-2022.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

RAUHVARGERS, A. **Global university rankings and their impact**. European University Association, 2011, 85 p. Disponível em: <https://eua.eu/downloads/publications/global%20university%20rankings%20and%20their%200impact.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.



RIGHETTI, S. **Qual é a melhor?** Origem, indicadores, limitações e impacto dos rankings universitários. Tese (doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, 230 p.

RIGHETTI, S. Avaliar para Comparar: Os Rankings Britânico e Chinês no Ensino Superior Global. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Repensar a universidade:** desempenho acadêmico e comparações internacionais. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, p.45-62, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788571661868>

SALMI, J. **The challenge of establishing world-class universities.** Washington, DC: World Bank. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/2600>, Acesso em 15 jul. 2023

SANTOS, S. M; NORONHA, D. P. O desempenho das universidades brasileiras em rankings internacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 186-219, mai/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245222.186-219>.

SANZ CASADO, E. (coord.). **Guía de buenas prácticas para la participación de las universidades españolas en los rankings internacionales.** Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 2015. 101 p. Disponível em: https://www.uib.es/digitalAssets/317/317234_guia_bones_practiques_ranquings_2015.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

SOUSA, J. V. Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28979>.

THIENGO, L.C. *et al.* Rankings acadêmicos e as universidades de classe mundial: implicações para a governança transnacional da educação superior. In: CALDERÓN, A.I.; WANDERCIL, M.; MARTINS, E.C. (org.). **Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa:** Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil. Brasília: Anpae, 2019. p. 164-181. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/RANKINGS-ACADEMICOS-E-GOVERNANCA-UNIVERSITARIA.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

THIENGO, L. C.; BIANCHETTI, L.; MARI, C. L. Rankings acadêmicos e Universidades de Classe Mundial: relações, desdobramentos e tendências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1041-1058, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018193956>.

THIENGO, L. C.; ALMEIDA, M.L.P.; BIANCHETTI, L.. O modelo de classe mundial e as universidades latino-americanas e caribenhas: tendências que se anunciam? **RIAAE: Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v. 14, n. 3, p. 1621-1637, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.3.12737>

UNB. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2018-2022. Brasília: UNB, 2019, 368 p. Disponível em: http://planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=54:pdi-unb-2018-2022&id=2:diversos. Acesso em: 15 jul. 2023



UNISINOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2019-2023. São Leopoldo: UNISINOS, 2019, 153 p. Disponível em: http://www.unisinis.br/minha-unisinis/images/conteudo/PDI_2019-2023v.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023

UEL. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2016-2021. Londrina: UEL, 2018, 279 p. Disponível em: http://www.uel.br/proplan/novo/pages/arquivos/planos/pdi/PDI_2016_2021_ATUALIZ_ACAO.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UEM. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2018-2022. Maringá: UEM, 2018, 214 p. Disponível em: <http://www.uem.br/pdi/pdi-uem-2018-2022.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UERJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional de Internacionalização:** PDI 2018-2027. Rio de Janeiro: UERJ. 2017, 13 p. Disponível em: <http://www.sr2.uerj.br/download/capesprint/PDI%20de%20Internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UNESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2019-2028. São Paulo: Unesp, 2019, 43 p. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Instituicao/Congregacao/pdi-2019-2028-28082019-2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2018-2022. Salvador: UFBA, 2017, 164 p. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/plano-desenvolvimento-institucionalufba_web_compressed.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFCSPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2020-2029. Porto Alegre: UFCSPA, 2019, 150 p. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/documentos/institucional/ufcspa-pdi-2020-2029.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2019-2023. Maceió: UFAL, 2019, 360 p. Disponível em: <https://pdi.ufal.br/documentos/pdi-2019-2023>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UNIFEI. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2019-2023. Itajubá: UNIFEI, 2019, 214 p. Disponível em: <https://owncloud.unifei.edu.br/index.php/s/z5jSHPRXvnbXyox>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFJF. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2016-2020. Juiz de Fora: UFJF, 2016, 144 p. Disponível em: https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFOP. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2016-2025. Ouro Preto: UFOP, 2016, 148 p. Disponível em: http://www.ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.



UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2020-2024. Florianópolis: UFSC, 2020, 214 p. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/files/2020/08/PDI-2020-2024-pagina-dupla.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFSM. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2016-2026. Santa Maria: UFSM, 2016, 579 p. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/500/2021/04/VFinal-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU_TextoComPlanoDeMetas2022.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

UFSCAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2018-2022. São Carlos: UFSCAR, 2021, 196 p. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/planejamento/pdi/pdi-ufscar-2018-2022.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFV. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2018-2023. Viçosa: UFRV, 2018, 210 p. Disponível em: <https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2013-2022. Santo André: UFABC, 2013, 151 p. Disponível em: https://netel.ufabc.edu.br/images/docs/PDI_UFABC_2013-2022.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFC. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2018-2022. Fortaleza: UFC, 2018, 44 p. Disponível em: https://www.ufc.br/images/files/a_universidade/plano_desenvolvimento_institucional/pdi_2018_2022_pub_2018_05_17.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2021-2030. Vitória: UFES, 2021, 120 p. Disponível em: https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2019-2023. Cuiabá: UFMT, 2019, 203 p. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/42/PDI/PDI%202019-2023.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2020-2024. Campo Grande: UFMS, 2020, 138 p. Disponível em: <https://pdi.ufms.br/pdi-2020-2024-publicado/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2020-2024. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021, 426 p. Disponível em: https://pdi.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/08/PDI_v4rev.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFRGS. **A UFRGS nos Rankings.** 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/avaliacao/rankings/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** PDI 2021-2025. São Cristóvão: UFS, 2021, 280 p. Disponível em:



https://pdi.ufs.br/uploads/page_attach/path/13917/PDI_compressed.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UFERSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2021-2025**. Mossoró: UFERSA, 2021, 205 p. Disponível em: https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2022/01/PDIUFERSA-21-25-FINAL-20_01_2022_COM-ANEXOS.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

UTFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2018-2022**. Curitiba: UTFPR, 2017, 163 p. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentosinstitucionais/pdi/pdi-2018-2022>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VANZ, S. A. S. *et al.* Rankings universitários internacionais e o desafio para as universidades brasileiras. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 23, n. 53, p. 39-51, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n53p39>

VANZ, S. A. S. O que medem os rankings universitários internacionais? Apontamentos teóricos, indicadores e características. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 83-92, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38383>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WANDERCIL, M.; CALDERÓN, A. I.; GANGA-CONTRERAS, F. Os Rankings Acadêmicos: implicações na governança universitária das universidades católicas brasileiras. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e117631, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236117631vs01>

ZORZETTO, R. *et al.* The scientific production in health and biological sciences of the top 20 Brazilian universities. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto, v. 39, p. 1513-1520, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-879X2006005000040>

